

## Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Juru "Gabinete da Prefeita"



PROJETO DE LEI Nº 005/2022, DE 22 DE MARÇO DE 2022

AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO URBANO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JURU/PB, no uso de suas atribuições e competências legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Juru/PB e demais normas correlatas, vem, com o devido respeito, submeter à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

- **Art.** 1° Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de indenização por desapropriação amigável aos proprietários do imóvel desapropriado por necessidade e utilidade pública, nos termos do Decreto Municipal n° 067/2022 de 21 de março de 2022, com as seguintes especificações:
- I Terreno Urbano medindo 80,00m (oitenta metros) de largura (frente), nos fundos medindo 80,00m (oitenta metros) de largura, no lado direito 90,00m (noventa metros) de comprimento e no lado esquerdo 90,00m (noventa metros) de comprimento, com área total de 7.200,00m² (sete mil e duzentos metros quadrados), limitandose ao Norte com a Rua Projetada 16, ao Sul com a Rua Projetada 18, ao Leste com Terreno Vazio e ao Oeste com a Quadra Q-U e Lotes 01, 02, 03, 04, 05, Rua Projetada 17, com a Quadra Q-S e Lotes 01, 02, 03, 04, 05; registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Agua Branca PB sob nº de Matrícula 4.031, R-2.
- **Art. 2º** O Imóvel acima descrito será adquirido pelo valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em consonância com os valores que lhe foram atribuídos pela Comissão Especial de Avaliação do Município de Juru/PB, constituída pela Portaria nº 003/2022 de 03 de janeiro de 2022.

**Parágrafo Único** - a quitação será dividida em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)





## Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Juru "Gabinete da Prefeita"

cada uma, vencendo-se a primeira no dia 31 de maio de 2022; e as demais com vencimento no último dia útil de cada mês.

- **Art. 3º** A Indenização que trata a presente Lei se dá em razão de intervenção do Município na propriedade dos expropriados, objetivando atender a necessidade de construção de uma unidade escolar.
- **Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Público Municipal, suplementadas se necessário.
  - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Pre<mark>fe</mark>ita Constitucional do Município de Juru, Estado da Paraíba, em 22 de março de 2022.

SOLANGE MÁRÍA FÉLIX BARBOSA

Prefeita Constitucional